



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

6 de fevereiro

de 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Capa					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	1	Espontânea	Positiva

GILSON FERREIRA



A promotora Alineide Costa cobra do Conselho de Educação regulamentação de cursos bilíngues em escolas privadas de São Luís

**Curso bilíngue
MP e Procon abrem
procedimentos contra
colégios que fizeram
alterações no programa
pedagógico**

O Ministério Público e o Procon abriram procedimentos para investigar escolas particulares que aumentaram a carga horária no ensino da língua estrangeira e passaram a exigir a compra "exclusiva" de livros da editora Pink and Blue (PBF).

PÁG. 1 (C2)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	1	Espontânea	Positiva
------	----------------	------	---	------------	----------

Curso bilíngue

MP e Procon abrem procedimentos contra colégios que fizeram alterações no programa pedagógico

Escolas foram notificadas para a suspensão da venda de livros da língua estrangeira, até que a situação seja apurada

LUCIENE VIEIRA

Em 2020, as aulas de inglês passaram a ser obrigatórias nas escolas brasileiras, devido à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que redefine o conteúdo mínimo que os alunos das redes pública e privada deverão aprender em sala de aula. Em São Luís, colégios particulares optaram por aumentar a carga horária no ensino da língua estrangeira, e passaram a exigir a compra "exclusiva" de livros da editora Pink and Blue (PBF). Pais de estudantes matriculados nestas instituições reagiram às decisões tomadas por elas – alegando terem sido feitas de forma unilateral –, e acionaram o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon-MA) e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). Diante das reclamações, os dois órgãos abriram procedimentos contra as escolas que fizeram as alterações nos seus programas pedagógicos.

Ao mesmo tempo em que o governo federal deverá ter dificuldades em universalizar o ensino de inglês, parte dos colégios particulares de São Luís está mudando seu sistema de aprendizagem. O idioma ganhou mais espaço nos currículos dessas escolas, que prometem experiências bilingües e fluência, mas despertam dúvidas sobre a qualidade das aulas e seu alto custo. A crítica dos pais está, principalmente, no aumento da mensalidade, e na compra dos livros da PBF, que estão custando de R\$ 600 a R\$ 1.500.

Alguns pais defendem que não é com mais aulas que haverá mais qualidade, e sim pela apuração da forma que se ensina. Porém, o que acontece é que há hoje um movimento duplo nos colégios particulares. Uns querem trazer a experiência bilingue para os alunos, enquanto outros ampliam a carga horária da língua estrangeira.

PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO MPMA

Para entender e angariar



Promotora Alineide Costa, de Defesa do Consumidor, cobra do Conselho Estadual de Educação regulamentação de cursos bilíngües em escolas privadas de São Luís



Chefe do setor jurídico do Procon-MA, Marcos Lima informou que o órgão já notificou 16 escolas, para que suspendam cobrança referente ao material didático de ensino bilíngue

justificativas para os novos projetos adotados pelas escolas particulares de São Luís, o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de

Defesa do Consumidor, tomou uma série de medidas, que investigam os serviços prestados por estas instituições de ensino. No dia 21 de novembro de 2019, a 1ª Promotoria de Justiça de

Defesa do Consumidor informou ter instaurado uma "notícia de fato" – termo utilizado pelo judiciário para dizer que foi aberto um procedimento investigatório. Por ele, o

órgão solicitou de 30 colégios suas planilhas de custos, contendo nelas, provavelmente, informações como número de funcionários e despesas de cada escola.

A titular desta promotoria, Alineide Martins Rabelo Costa, disse ao Jornal Pequeno que foi ano passado que surgiram as primeiras denúncias de pais junto ao Procon, contra os colégios particulares. "Nós instauramos esta notícia de fato, e notificamos, aproximadamente, 30 escolas, para que elas apresentassem planilhas de custos, e a partir daí, a Promotoria, por meio de uma análise, verificasse se houve ou não um aumento abusivo nas mensalidades, e nos valores dos livros, referentes as aulas de inglês", informou a promotora Alineide Martins. As planilhas de custos que já foram apresentadas pelas instituições de ensino, de acordo com Alineide, foram analisadas pela assessoria técnica do Ministério Público, por meio de dois profissionais de contabilidade. E, depois da análise feita, devido à percepção de preços que precisam ser justificados, a titular da 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor garantiu que alguns colégios voltaram a ser notificados.

Segundo Alineide Martins, a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor provocou o Conselho Estadual de Educação, em relação à existência de uma resolução que regulamente o bilingüismo nas escolas privadas. "O resultado desta provocação deve sair até o fim deste mês", informou a promotora. Outra providência tomada pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor foi levantar questionamentos junto às escolas, sobre a capacitação dos professores, para a oferta do idioma aos alunos. Isso porque, dentro dos custos, o de professores é destaque; os colégios terão que investir no aperfeiçoamento dos profissionais.

Nessa quarta-feira (5), Alineide Martins disse que enviaria ao

Centro de Apoio Operacional (Caop), da Promotoria de Educação do MPMA, o pedido de uma "nota-técnica", para que ela possa entender o que, de fato, diz o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de qual forma a BNCC deve ser trabalhada nas escolas.

PROCON SUSPENDE VENDA DOS LIVROS

O JP também ouviu o chefe do setor jurídico do Procon-MA, Marcos Lima. Ele informou que o órgão já notificou 16 instituições de ensino, para que elas suspendessem a cobrança referente ao material didático de ensino bilíngue da PBF. "Aqueles colégios que descumpriram esta determinação, ficam sujeitos a sanção de multas, conforme o decreto federal 2181/1997", informou o chefe do setor jurídico do Procon.

As notificações feitas pelo Procon, segundo Marcos, começaram dia 20 de janeiro, ou seja, quatro dias depois (14 de janeiro), de o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão ter promovido uma reunião na sala da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, cujo intuito foi avaliar toda a situação. O JP teve acesso à reunião, e nela a presidente do Procon, Adaltna Venâncio de Queiroga, informou ao jornal dois pontos que são avaliados pelo órgão. Um deles é a cobrança dos livros de inglês especificamente na editora PBF. O outro, o aumento da carga horária para as aulas de inglês. Adaltna disse que as escolas em questão estão terceirizando o aprendizado da língua estrangeira. "Estamos levantando as informações com o sindicato das escolas particulares, com o Ministério Público e com o Conselho Nacional de Educação. Somente assim, podemos fundamentar possível venda casada feita pelas instituições de ensino, o que é proibido", informou a presidente do Procon. Participaram da reunião as promotorias do Consumidor e da Educação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Presidente Dutra

MPMA requer manutenção da rede de drenagem pluvial e esgotos

A 2ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra ajuizou, em dezembro de 2019, Ação Civil Pública de obrigação de fazer com pedido de liminar contra o Município de Presidente Dutra e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), solicitando a execução, em 90 dias, de serviços preventivos e corretivos na rede de drenagem pluvial da cidade.

Os serviços devem incluir a limpeza do riacho que atravessa a cidade (conhecido como "Riachinho"), além de desobstrução de bocas de lobo, limpeza de bueiros tubulares e colocação de caixas de ligação e desobstrução de galerias em diversos logradouros.

O objetivo da ACP, formulada pelo promotor de justiça Wladimir Soares de Oliveira, é eliminar e/ou reduzir alagamentos e inundações em ruas e residências durante o período de chuvas.

A manifestação é baseada no Inquérito Civil nº 01/2019, que indicou 17 logradouros no município com estes problemas.

APURAÇÃO

Durante a investigação, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos admitiu que nunca foram elaborados os Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão de Recursos Hídricos. Segundo o órgão municipal, as intervenções mais recentes na rede foram realizadas em 2018, mas foram encaminhados documentos referentes aos anos de 2012 e 2013.

Além disso, vistorias da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça constataram problemas como o lançamento direto de esgoto nos córregos e riachos; o acúmulo de lixo e vegetação nestes locais e a obstrução de pontos da rede de drenagem.

Foi observada, ainda, a inexistência de caixas de ligação entre algumas canalizações da rede, a falta de limpeza e manutenção das galerias. Outro problema observado foi a existência de aterramentos e

construções irregulares sobre áreas de córregos e riachos. "O problema dos alagamentos em Presidente Dutra é reflexo também da falta de planejamento do serviço público de saneamento básico pelo Município e pela Caema", afirmou o promotor de justiça. "Além de não tomar medidas pontuais e imediatas para amenizar o problema, nunca houve um planejamento específico para solucionar a questão, mesmo a longo prazo". Ainda de acordo com o MPMA, passados mais de 20 anos do início da vigência do contrato de concessão firmado com a Caema, a empresa não parece ter feito esforços para planejar e executar a instalação da rede adequada de coleta de esgotos no município.

Isto favorece a contaminação de riachos e córregos, alagamentos em épocas de chuva e disseminação de doenças como cólera, malária, leptospirose, doença de Chagas, hepatite A, esquistossomose, teníase e dengue, entre outras.

PEDIDOS

Além da realização dos serviços, o MPMA também solicita que os requeridos apresentem, em 45 dias, plano de manutenção preventiva periódica da rede de drenagem do município; projeto de conscientização da população sobre impactos negativos de descarte irregular de resíduos sólidos e esgoto sanitário na rede de drenagem pluvial.

No mesmo prazo, devem ser tomadas providências para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico. Outro pedido é a elaboração, em 60 dias, de projeto executivo para implantação de rede de coleta, transporte e destinação final de esgoto e para a eliminação de despejo de esgoto em córregos, rios e riachos no município. Também devem ser reatadas ligações clandestinas de esgoto residencial.

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil diários, a ser transferida ao Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos e Coletivos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	3		

Duarte Jr propõe a CPI da Educação



DUARTE JR PROPÓS A CPI DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE DENÚNCIAS RECEBIDAS DE MÃES E PAIS DE ALUNOS DE ESCOLAS PARTICULARES

Na sessão ordinária realizada nesta terça-feira (04), na Assembleia Legislativa do Maranhão, o deputado estadual Duarte Jr propôs a CPI da Educação, com o objetivo de combater a mercantilização do ensino em escolas particulares de São Luís, conforme denúncias apresentadas ao deputado por mães, pais e representantes de alunos.

Na plenária, Duarte informou que a CPI já obteve 17 assinaturas, três a mais do que o necessário para que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada. Nos próximos dias serão definidos os deputados que farão parte da Comissão e a data de início dos trabalhos, que devem investigar o alcance das denúncias.

Entre elas, informou Duarte, está o caso de um jovem que foi reprovado e, no entanto, a escola não permite que ele utilize os livros do ano anterior – os mesmos livros que agora estão sendo exigidos na lista de material escolar e que serão utilizados esse ano.

“Os seus pais estão sendo obrigados a comprar mais uma vez os livros

que ele já tem. Vejam o absurdo, não apenas com o direito básico do consumidor, mas também com o grau de mercantilização do ensino”, informou o deputado. “Ou seja, é um incentivo à aquisição desnecessária, obrigando o pai a comprar mesmo sem necessidade, obrigando o pai a se endividar sem necessidade”, completou. “Em vez da escola se preocupar com o processo de ensino-aprendizagem, a escola se preocupa em comercializar livros. Sequer se preocupa com a questão ambiental, de reciclar, de reaproveitar os livros”, disse Duarte.

Outra denúncia diz respeito à adoção de sistema de ensino bilíngue, que faz alguns livros chegarem a custar mais de mil reais. “Algumas escolas estão obrigando seus alunos a contratarem um serviço terceirizado de ensino da língua inglesa, pelo qual a escola cobra mais caro e não apresenta a qualidade que se espera”, assinalou o deputado.

A partir dessas e outras denúncias, Duarte informou que a CPI fará uma

profunda investigação em conjunto com Ministério Público, Defensoria Pública, Procon, Ibedec (Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa dos Direitos do Consumidor) e demais órgãos de defesa do consumidor. “Nós não vamos permitir

a mercantilização do ensino. Ninguém aguenta mais pagar caro por uma educação que não é de qualidade”.

Duarte recebeu as denúncias em janeiro, durante o recesso parlamentar, em reunião com as famílias dos estudantes na Assembleia. Ele afirma que essa luta vai além da mera defesa de direitos consumeristas.

“A educação é um direito social fundamental que está discriminado de forma clara e cristalina na Constituição”, ressaltou, assinalando o papel fundamental da CPI para a garantia de direitos dos estudantes e suas famílias. “Nós próximos dias, vamos ter força suficiente para intensificar essa investigação e garantir que nossos jovens possam ter acesso a uma educação de qualidade”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	10

CASO DO CORTE DE ENERGIA

Morte de idosa gera muitas discussões

Caso da senhora de 91 anos deve ser encaminhado para a área cível, e não criminal. O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) também declarou que investigará o caso

MATHEUS WERNECK

O caso da senhora de 91 anos, Josefa Maria da Conceição, foi encaminhado para a Delegacia de Homicídios do município de Imperatriz, mas o delegado Praxísteles Martins, acredita que o crime deve ir para a área cível e não criminal.

Segundo um vídeo divulgado nas redes sociais, um homem alega que a Equatorial Energia seria a responsável pela morte da senhora, que teve a energia de sua casa cortada, no bairro Itamar Guará, em Imperatriz.

Segundo o delegado, ainda está indefinido qual delegacia vai apurar o caso.

"A empresa contrata o servidor, e ao que parece, eles recebem por serviço executado, eles vem com a ordem e efetuam o corte, e a legislação da Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não trata de exceções (...). Por outro lado eu acho que a responsabilização da empresa vai se dar na esfera cível e não na criminal e é possível alegar que o familiar da vítima foi omissivo. Uma vez que não tinha energia naquele ambiente para ligar o nebulizador, ele poderia, para evitar a morte daquela senhora, ligar o equipamento na casa de um vizinho ou levá-la para um hospital", afirmou o delegado Praxísteles Martins.

Eles vêm com a ordem e efetuam o corte



A IDOSA SAIU DO HOSPITAL UM DIA ANTES DE FALECER DENTRO DA CASA SEM ENERGIA

Investigação

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) também declarou que investigará o caso e está tomando todas as providências.

O MP-MA também solicitou um laudo do corpo da idosa ao Instituto Médico Legal (IML) para avaliar se existe uma conexão da morte com corte de fornecimento de energia.

Eu acho que a responsabilização da empresa vai se dar na esfera cível



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	10		

Repercussão chega à Câmara e Assembleia

O Deputado Duarte Jr. usou sua rede social para enfatizar a necessidade da humanização das relações. Afirma também que reapresentou o Projeto de Lei Anticorte na Assembleia Legislativa, que proíbe o corte de energia elétrica e água às sextas, fins de semana e vésperas de feriado.

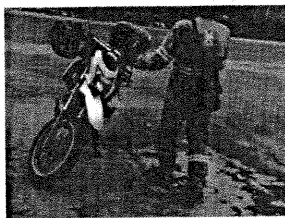
Em entrevista ao jornal **O Imparcial**, Duarte lamentou a fatalidade que ocorreu no município de Imperatriz e destacou as questões de interesse econômico por parte da empresa. "Houve por parte da empresa, um interesse de lucro se sobrepondo aos direitos fundamentais, não podemos permitir que esse caso se torne uma realidade frequente. Isso acontece há muito tempo e algo precisa ser feito", afirmou Duarte.

O deputado enfatiza a resolução Nº 414 do Artigo.11 do código da Agência Nacional de Energia Elétrica: 'São considerados serviços ou atividades essenciais aqueles cuja interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população' - Resolução 414, Art.11.

Segundo o deputado, pessoas que estão em necessidade constante de energia, por questões de saúde, devem informar isso a Equatorial para que o corte não seja realizado. E considera que houve um erro por parte do funcionário em não ter essa percepção e humanização da necessidade da senhora.

O deputado Vinícius Louro informou que também iria se reunir junto às Comissões da Assembleia Legislativa para apuração dos fatos, no sentido de tomar providências sobre o caso. "O caso deixou a cidade em choque e coloca em dúvida o tipo de trabalho desumano da empresa Equatorial, que realiza cortes de energia de forma irresponsável e longe do bom senso. Esse caso mostra que a empresa não tem o menor respeito pelo consumi-

dor, não aceitaram esperar ao menos um dia para que o pagamento fosse efetuado e acabaram realizando o corte, mesmo sabendo que havia uma idosa doente na residência, lamentável, algo urgente precisa ser feito para impedir que casos como esse se repitam", disse Vinícius Louro.



Esse caso mostra que a empresa não tem o menor respeito pelo consumidor

Câmara de São Luís

A Câmara de São Luís também se manifestou sobre o caso, e declarou que debateu o acontecimento na manhã de ontem, quarta (5).

DPE vai garantir assistência jurídica

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) está tomando todas as providências cabíveis para resguardar os direitos da família da idosa de 92 anos, que faleceu na última terça-feira, em Imperatriz, um dia após ter sido interrompido o fornecimento de energia elétrica da residência onde morava, em função do não pagamento da fatura do mês de janeiro.

Segundo vídeo que viralizou nas redes sociais, realizado por um parente da vítima, apesar dos apelos feitos ao funcionário da Equatorial, solicitando sensibilidade para a situação envolvendo pessoa que necessitava de cuidados médicos em casa, não houve acordo. De acordo com o defensor geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, a instituição abrirá procedimento administrativo, em tutela coletiva, para apurar os cortes de energia elétrica, especialmente o realizado, esta semana, na residência da senhora que faleceu por decorrência da interrupção do serviço, pois precisava utilizar aparelhos médicos que necessitavam de eletricidade. A Defensoria também entrará em contato com a família da idosa para garantir a assistência jurídica necessária.

Procon abre Portaria de Investigação

Após denúncia feita pelas redes sociais sobre a suspensão do fornecimento de energia na residência da idosa, que sofria de problemas de saúde, o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão (Procon/MA) instaurou uma Portaria de Investigação Preliminar para apurar, junto à Equatorial Energia, a legalidade do corte. O objetivo é fazer com que a concessionária de energia elétrica forneça elementos técnicos para a elucidação do caso. "Por isso, determinamos que a concessionária forneça todas as informações necessárias para auxiliar nas investigações do ocorrido", enfatiza a presidente do órgão, Adaltina Queiroga. Já notificada, a Equatorial Energia deve apresentar, no prazo de cinco dias, uma justificativa plausível acerca da suspensão do serviço de fornecimento de energia, comprovando que a notificação prévia de 15 dias por inadimplemento, por escrito, foi entregue ao consumidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	6		

Imperatriz

Procon/MA instaura portaria para apurar suspensão de energia na residência de idosa

Após denúncia feita pelas redes sociais sobre a suspensão do fornecimento de energia na residência de uma idosa de aproximadamente 92 anos,

em Imperatriz, que sofria de problemas de saúde, o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão (Procon/MA)

instaurou, nessa quarta-feira (5), uma Portaria de Investigação Preliminar para apurar, junto à Equatorial Energia, a legalidade do corte. O objetivo é fazer com

que a concessionária de energia elétrica forneça elementos técnicos para a elucidação do caso.

De acordo com a denúncia, um funcionário da empresa esteve na residência da idosa na terça-feira (4) para realizar o serviço de interrupção do fornecimento de energia devido à existência de uma conta em aberto, referente ao mês de janeiro, mesmo sendo informado previamente ao ato de desligamento de que no local residia uma idosa com problemas respiratórios e, por orientação médica, necessitava fazer uso de um aparelho de nebulização. "O caso lamentável, principalmente devido ao falecimento da moradora, deve ser apurado com rigor pelas autoridades competentes. Ao Procon/MA, cabe a responsabilidade de verificar se a ação de interrupção do serviço de energia foi feita dentro da legalidade, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor e a Resolução 414/2010 da Aneel.

"Por isso, determinamos que a concessionária forneça todas as informações necessárias para auxiliar nas investigações do ocorrido", enfatizou a presidente do órgão, Adalina Queiroga. Já notificada, a Equatorial Energia deve apresentar, no prazo de cinco dias, uma justificativa plausível acerca da suspensão do serviço de fornecimento de energia, comprovando que a notificação prévia de 15 dias por inadimplemento, por escrito, foi entregue ao consumidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política – Informe JP					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	3		

Ecos no Parlamento

Repercutiu ontem (5), na Assembleia Legislativa, o caso da idosa de 92 anos que faleceu, terça-feira, 4, em Imperatriz, um dia após ter sido interrompido o fornecimento de energia elétrica da residência onde morava, em função do não pagamento da fatura do mês de janeiro.

Intransigência

Segundo vídeo que viralizou nas redes sociais, feito por um parente da vítima, apesar dos apelos feitos ao funcionário da Equatorial, solicitando sensibilidade para a situação envolvendo pessoa que necessitava de cuidados médicos em casa, não houve acordo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Política

DATA

06 / 02 / 2020

PÁG.

4

Deputados ouvem dirigentes da Equatorial Energia sobre morte de idosa em Imperatriz

A Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa do Maranhão ouviu explicações de dirigentes da Equatorial Energia (ex-Cemar), nessa quarta-feira (5), sobre o episódio da morte de uma idosa de 92 anos, em Imperatriz.

A idosa, que estava doente e fazia tratamento por inalação em casa, teria morrido na terça-feira (4), após a empresa ter interrompido o fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento da conta. O pedido para ouvir os dirigentes foi feito pelo presidente da Comissão, deputado Dr. Yglésio. Participaram os deputados Vinícius Louro (PL), Professor Marco Aurélio (PCdoB), Carlos Florêncio (PCdoB) e Hélio Soares (PL). Dr. Yglésio lembrou que um parente da idosa divulgou um vídeo comovente nas redes sociais onde apelava para que o



O diretor da Equatorial Energia, José Jorge Leite Soares, conversa com os deputados durante a reunião

funcionário não cortasse a energia da residência. No vídeo, o rapaz enfatiza que a idosa precisava de cuidados médicos e que a conta seria paga no dia seguinte. No entanto, as explicações foram em vão. Da reunião participaram o diretor

de relações institucionais da Equatorial Energia, José Jorge Soares, e o diretor de Comunicação de Marketing, Luis Carlos Cardoso, aos quais o deputado Vinícius Louro relatou casos em que a empresa cortou energia de hospitais públicos, mesmo havendo

uma lei que proíbe.

Marco Aurélio, que também é de Imperatriz, considerou que o episódio extrapolou o bom senso, uma vez que a energia, naquele caso específico, era indispensável para a sobrevivência da moradora. Carlinhos Florêncio e Hélio Soares lamentaram a morte e disseram que o caso deve servir de exemplo. Sugeriram à Equatorial Energia que invista na reciclagem de recursos humanos.

O diretor da empresa, José Jorge Leite Soares, agradeceu o convite e lamentou o ocorrido. Ele garantiu que o caso está sendo investigado e que também ficou "estarelecido", prometendo ficar à disposição da Assembleia.

Aos diretores, o deputado Dr. Yglésio informou que pedirá urgência na apreciação de um projeto dele que determina o uso, pela empresa, de máquinas de pagamento nas sextas-feiras.

DPE apura caso e prestará assistência à família da idosa

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) está tomando todas as providências cabíveis para resguardar os direitos da família da idosa de 92 anos, que faleceu na última terça-feira, em Imperatriz, um dia após ter sido interrompido o fornecimento de energia elétrica da residência onde morava, em função do não pagamento da fatura do mês de janeiro. Segundo vídeo que viralizou nas redes

sociais, realizado por um parente da vítima, apesar dos apelos feitos ao funcionário da Equatorial, solicitando sensibilidade para a situação envolvendo pessoa que necessitava de cuidados médicos em casa, não houve acordo. De acordo com o defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, a instituição abrirá procedimento administrativo, em tutela coletiva, para apurar os cortes de energia

elétrica, especialmente o realizado, esta semana, na residência da senhora que faleceu por decorrência da interrupção do serviço, pois precisava utilizar aparelhos médicos que necessitavam de eletricidade.

A Defensoria estadual, por intermédio do Núcleo Regional de Imperatriz, também entrará em contato com a família da idosa para garantir a assistência jurídica necessária.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	3		

Ao lembrar caso da senhora de 92 anos que morreu em Imperatriz Deputado propõe apoio de outras famílias a idosos em situação de vulnerabilidade

O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA), protocolou, nessa quarta-feira (5), na Secretaria Geral da Mesa projeto de lei que determina que idoso em situação de vulnerabilidade pode ser acolhido, por garantias judiciais, por outras famílias. “Precisamos ter políticas públicas de proteção aos idosos no País”, defendeu o parlamentar maranhense à reportagem do Jornal Pequeno, em Brasília. Pedro Lucas reclama que atualmente não existe no Brasil “nenhuma legislação que permita judicialmente, que um idoso, em situação de abandono ou vulnerabilidade, possa ser acolhido por uma família substituta”. “O Projeto de Lei 105/2020, de minha autoria, trata sobre esse

tema. Com esse projeto, um idoso que não tem os cuidados da sua família originária ou more em um abrigo, seja acolhido por uma família”, enfatizou o deputado. Segundo ele, existem muitas famílias que manifestam esse desejo. “O PL é uma forma de oficializar essas relações de afeto que foram criadas, garantindo direitos aos idosos. Essas pessoas precisam de amor, cuidado e mais direitos”, acentuou. O parlamentar do PTB lembrou o caso da idosa de 92 anos que morreu na última terça-feira, na cidade de Imperatriz, após ter sido interrompido o seu procedimento de inalação que vinha fazendo. O funcionário da Equatorial Maranhense – companhia empresa de fornecimento de energia elétrica no estado –, cortou a energia elétrica em sua casa,



O deputado Pedro Lucas protocolou projeto na secretaria geral da Câmara

localizada no bairro Itamaruará. Parentes da idosa informaram que ela estava chegando do hospital após ter sido recomendada

pelos médicos que realizasse nebulização por meio de um aparelho que só era utilizado por meio de energia elétrica.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	3		

Othelino critica atendimento nos ferryboats e pede providências para melhoria do serviço

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema), deputado Othelino Neto (PCdoB), criticou as duas empresas que operam o serviço de travessia entre os terminais de passageiros da Ponta da Espera e do Cujupe, bem como o tratamento dispensado aos usuários do transporte por ferryboat. O assunto foi pauta na sessão plenária dessa quarta-feira (5), após pronunciamento da deputada Dra. Thaiza Hortegal (PP), que repercutiu na tribuna a colisão entre dois ferryboats, na terça-feira (4), na Baía de São Marcos. Othelino destacou que a precariedade do serviço de travessia é um problema antigo e que há muito tempo vem sendo discutido. “Eu lembro que, ainda no mandato que terminou em 2014, já levantávamos esse tema.

Chegamos a fazer, inclusive, audiência pública. Sei que tem uma tentativa do Governo de licitar o serviço de ferryboat, mas é um absurdo o que acontece, a forma como essas duas empresas tratam os consumidores, os usuários desse transporte”, ressaltou. O presidente da Alema relatou que, como usuário do serviço, já vivenciou a forma desrespeitosa com que as duas empresas tratam os consumidores. “Já cheguei a viver uma situação em que, uma vez embarcando com minha esposa e meus dois filhos, eles conseguiram embarcar minhas crianças e me deixar de fora do ferry, só para se ter ideia do nível de desrespeito com os usuários”, disse. Othelino assinalou que é necessária uma mobilização mais

forte, para que sejam tomadas providências e evitar que venham a ocorrer tragédias durante o percurso da travessia. No seu pronunciamento, Thaiza Hortegal pontuou que, como usuária desse transporte semanalmente, já vinha alertando sobre a situação. Ela pediu o apoio dos demais parlamentares para cobrar a melhoria do serviço e buscar, junto ao governador Flávio Dino, a agilidade do processo licitatório ou de concessão do serviço de travessia. Os deputados Dr. Yglésio (sem partido) e Wellington do Curso (PSDB) também repercutiram o assunto. Wellington sugeriu que seja feita uma visita de inspeção, na segunda-feira (10), para que a situação seja averiguada de perto. “Estamos convidando, além de todos os deputados estaduais,

também os órgãos ANTAq, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, a MOB, para que todos, juntos, possamos fazer essa visita in loco e essa fiscalização no serviço que é prestado pelas empresas de travessia”, disse. Já Yglésio lembrou que a qualidade da prestação do serviço de ferryboat já foi tema de discussão pela Comissão de Assuntos Municipais da Alema e que o acidente ocorrido, na última terça, era uma tragédia anunciada. “O que a Serviporto e a Internacional Marítima têm feito aqui no Maranhão é uma imoralidade. Assim como outros deputados, já solicitamos e enviamos requerimentos para todo tipo de autoridade possível responsável”, frisou o parlamentar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

06 / 02 / 2020

PÁG.

6

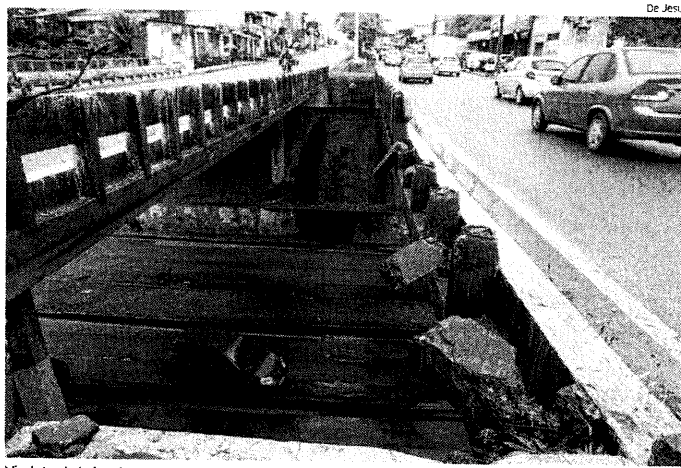
Falta de segurança no viaduto no bairro Ivar Saldanha, em SL

Moradores dos bairros das proximidades reclamam da falta de manutenção do viaduto e há risco de acidentes no local, por causa dos crescentes problemas estruturais em toda a sua extensão

Localizado na Avenida dos Franceses, o viaduto do bairro Ivar Saldanha, é motivo de preocupação por ter sido cenário de diversos acidentes ao longo dos últimos anos, envolvendo, inclusive, fatalidades. O último caso de morte que ocorreu no local foi em 2016, quando uma motocicleta, com um casal, perdeu o controle e caiu da estrutura.

A via apresenta erosões em sua extensão, falhas nas áreas reservadas ao pedestre e algumas partes faltando, que caíram com o tempo e desgaste, como a mureta, que foi derrubada em um acidente no último ano.

Márcia Basto é proprietária de um estabelecimento ao lado do viaduto há mais de 25 anos e diz nunca ter presenciado uma obra de manutenção no local. "A estrutura não está boa, se vocês forem olhar embaixo, os ferros estão todos enferrujados e quando passa um carro muito pe-



Viaduto do bairro Ivar Saldanha, na Avenida dos Franceses, está em estado precário, com muretas quebradas

sado, ela balança", disse.

O servidor público José Antônio Ribeiro mora nas proximidades há 30 anos e teme pela situação precária do viaduto. Para ele, o maior perigo são as erosões na extremidade da via, que

Maior perigo são as erosões na extremidade da via

crecem a cada dia com as chuvas e tráfego de carros pesados. "Moro aqui há 30 anos e agora percebo que a água está infiltrando na cabeceira do viaduto e o buraco só está aumentando. É um perigo para os motoristas e motociclistas", frisou.

Mais problemas

Outra reclamação da população da região é o acúmulo de água que transborda nas laterais do viaduto, impedindo a passagem de pedestres, principalmente quando a via está muito movimentada. "Quando chove, ele alaga e quem passa do lado toma banho e a água cai lá embaixo. Tem muita gente que fica com medo de passar aí e cair", disse Márcia Basto.

Em nota a Agência Executiva Metropolitana (AGEM) informou que vai realizar um levantamento estrutural no que se refere a calçamento, parapeitos e condições de infraestrutura no viaduto, para verificar as providências a serem adotadas. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	10

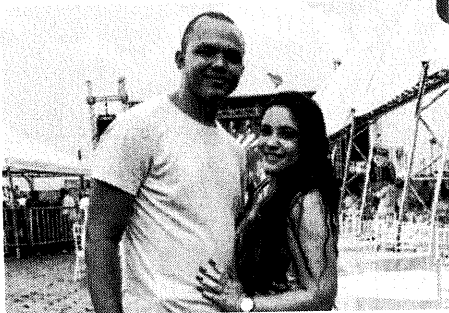
Processo contra PM que matou casal tramita na 4ª Vara do Tribunal do Júri

Policial, preso no presídio militar, no Calhau, acusado de ter assassinado a ex-companheira e o suposto amante dela em um condomínio, na Vicente Fialho

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A 4ª Vara do Tribunal do Júri está responsável pelo processo contra o soldado da Polícia Militar, Carlos Eduardo Nunes Pereira, de 30 anos. De acordo com a polícia, Carlos Eduardo ainda ontem estava preso no presídio militar, no Calhau, acusado de ter assassinado a tiros a ex-companheira, Bruna Lícia Fonseca Pereira, de 23 anos, e o suposto amante dela, José William dos Santos Silva, de 24 anos. O crime ocorreu no dia 25 de janeiro, no apartamento de Bruna Lícia, no bairro Vicente Fialho.

O processo foi distribuído por meio de sorteio e caiu na 4ª Vara do Tribunal do Júri, que tem como juiz titular José Ribamar Gourlat Heley Junior. Ontem mesmo, os autos do processo foram encaminhados ao Ministério Público, que tem a função de oferecer a denúncia ou solicitar novas diligências



Carlos Eduardo Nunes ao lado da mulher Bruna Letícia, morta por ele

para a Polícia Civil.

O caso estava sendo investigado pelo Departamento de Feminicídio, órgão da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), sob a coordenação da delegada Viviane Fontenelle. O inquérito foi concluído e encaminhado na última segunda-feira, 3, para a Justiça. A delegada informou que foram 10 dias de investigação.

Nesse período, as testemunhas e o acusado foram ouvidos na sede da SHPP, na Beira-Mar, e foi anexado, também, o resultado dos exames periciais feitos no local do crime e nos corpos das vítimas. A delegada declarou que Carlos Eduardo foi indi-

ciado pelos crimes de homicídio e feminicídio.

Crime

A delegada Viviane Fontenelle explicou que o militar estava separado desde o dia 18 de janeiro de Bruna Lícia. No último dia 25, ela estava de folga e recebeu a visita de dois colegas de trabalho em seu apartamento, no horário do almoço. Um deles foi José William. No início da tarde desse dia, Carlos Eduardo foi até o local, com o objetivo de convidar Bruna Lícia para ir a um aniversário, mas a encontrou em companhia de José William despido no quarto.

Houve luta corporal entre o militar e as vítimas. Ainda segundo a delegada, o policial disparou vários tiros contra o casal. José William morreu sentado, enquanto a outra vítima deitada no piso do quarto, com um tiro no tórax. O acusado foi preso em flagrante e apresentado na SHPP. ●

Homossexual achado morto em casa na Vila Isabel Cafeteira

Vítima foi encontrada com as mãos amarradas e com sinais de violência; polícia investiga o caso

O corpo do homossexual Wenyson Fernandes Miranda, Xexéu, de 33 anos, foi encontrado ontem amarrado com sinais de violência na cabeça na sua residência, na Vila Isabel Cafeteira, área da Cohab. A vítima era dançarina e cabeleireira. Segundo a polícia, o principal suspeito é o namorado dele.

O caso está sendo investigado pela Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP) como latrocínio (roubo seguido de morte). O delegado Felipe César disse que o corpo da vítima foi achado por seus familiares que acionaram a polícia.



Wenyson Fernandes, a vítima

Namorado da vítima é o principal suspeito

Amarrada

As mãos da vítima estavam amarradas e os peritos do Instituto de Criminalística (Icirm) encontraram sinais de pancada na cabeça. Também ficou constatado que a vítima e o autor do crime travaram luta corporal e que foram

roubados objetos de valor e a quantia de R\$ 800,00.

O delegado informou que o local foi pericido e recolhido material genético. O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado e, logo depois foi liberado para os familiares. "A polícia está trabalhando para identificar de fato o autor ou autores e a motivação desse crime", contou Felipe César. ●

Polícia investiga a morte de mulher em um riacho

A vítima foi achada dentro de um riacho em Formosa da Serra Negra e existe a possibilidade de crime de feminicídio; ex-companheiro está foragido

A polícia ainda ontem não tinha descartado a possibilidade de uma mulher, de 31 anos, ter sido vítima de

feminicídio, no povoado Riachão, zona rural de Formosa da Serra Negra. De acordo com a polícia, o prin-

cipal acusado é o ex-marido da vítima, de 55 anos.

O delegado Alexandre Portela, de

Grajaú, está investigando o caso. Na terça-feira, 4, a vítima teria ido lavar roupas em um riacho e logo depois foi encontrada morta por populares. Desde esse dia, o ex-companheiro dela desapareceu da localidade.

O corpo foi retirado do riacho e removido para o hospital da cidade, mas será encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) onde será feito um exame minucioso para detectar a causa da morte. A informação de familiares é que a mulher

tenha sido afogada pelo ex-companheiro, que não aceitava o fim do relacionamento.

Outro caso

A polícia informou que Izaquiel de Sousa Rocha, de 24 anos, foi morto a tiros por homens não identificados, nas proximidades da estrada de ferro, no bairro da Estriva, em São Luís. Os peritos do Instituto de Criminalística (Icirm) constataram duas perfurações de bala na cabeça da ví-

tima e uma perfuração de arma branca no abdômen. A SHPP está investigando o caso.

Prisões

Um homem, nome não revelado, foi preso ontem na Estriva, em São Luís, acusado de crime de latrocínio, ocorrido no dia 7 de janeiro deste ano. A vítima foi pastor evangélico, José Antônio Sarava. ●

Integra em estadoma.com/479939



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	12

Dançarino é encontrado morto dentro da própria casa na Vila Isabel Cafeteira

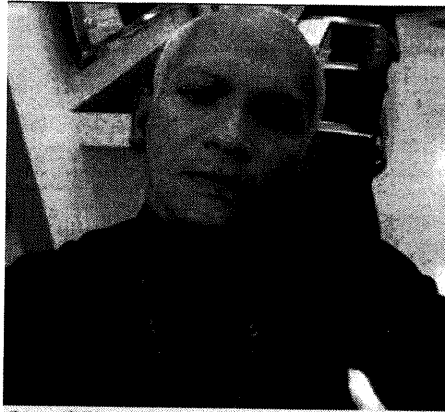
"Xexéu", como era conhecido, teria sido enforcado e ainda foi atingido com uma pancada na cabeça

AIDÉ ROCHA

O corpo do dançarino Wenyson Fernandes Miranda, de 33 anos, conhecido como "Xexéu", foi encontrado na manhã de ontem (5), por volta das 7h30, dentro do quarto da casa em que morava na Rua Nossa Senhora de Guadalupe, no bairro da Vila Isabel Cafeteira – região da Cohab, em São Luís. Ele estava amarrado e com sinais de violência, segundo informações da Polícia Civil.

Conforme os primeiros levantamentos, o dançarino estava sem entrar em contato com a família desde a segunda-feira (3). Em razão disso, a mãe dele resolveu ir até a casa de "Xexéu", onde se deparou com o filho morto.

De acordo com o delegado George Marques, da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), a vítima estava com lesões semelhantes a esganadura e estrangulamento. Um fio foi amarrado no pescoço dele, que



O corpo de "Xexéu" foi encontrado na manhã de ontem, na casa onde ele morava, na Vila Isabel Cafeteira

também foi atingido com uma pancada na cabeça, mas ainda não é possível dizer o que teria sido usado. "A causa e o dia da morte só poderão ser definidos após os laudos da perícia feita pelo Instituto Médico Legal (IML)", explicou.

Inicialmente, as investigações apontam a possibilidade de o crime ter sido um latrocínio, já que alguns objetos da casa foram levados. "Tivemos informações de familiares que a vítima teria recebido um dinheiro recentemente, e isso pode ter chamado a atenção de alguém", disse o delegado.

Xexéu era dançarino de bolero, conhecido em algumas casas noturnas de São Luís, entre elas a Choperia do Kabão, no Anel Viário, onde costumava se apresentar. Ele também trabalhava como cabeleireiro. A Polícia Civil segue investigando o caso, para tentar chegar aos possíveis suspeitos, e descobrir a real motivação.

Jovem é assassinado com tiro e facada no bairro da Estiva



Izaquiel de Sousa foi morto com tiro e facada

Nessa quarta-feira (5), um homem foi encontrado morto por populares na Rua do Mangueirão, no bairro da Estiva, zona rural de São Luís. Ele foi identificado como Izaquiel de Sousa Rocha, de 24 anos. Segundo informações do Centro Integrado de Operações de Segurança (Cioops), o corpo da vítima estava próximo à estrada

de ferro, quando foi localizado. Izaquiel foi alvejado um tiro na região da cabeça e também foi perfurado com uma facada no estômago.

Até a noite de ontem, ninguém havia sido preso e não há informações sobre a motivação do crime. O caso será investigado pela Polícia Civil. (AIDÉ ROCHA)

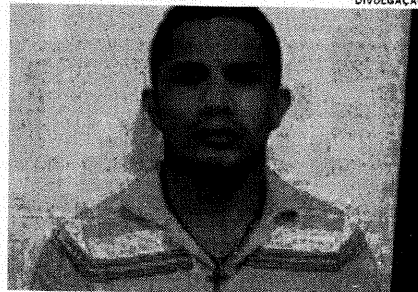
Recapturado detento que fugiu algemado de presídio em Imperatriz

Agentes penitenciários e policiais militares recapturaram o detento Jonas Feitosa da Silva, horas depois dele ter fugido algemado da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), no Parque Buriti, na noite de terça-feira (4). Ele foi localizado em um matagal distante três quarteirões do presídio.

De acordo com a direção do presídio, o preso fingiu estar passando mal dentro da sala com o objetivo de ser retirado

do local. No momento em que saiu para ir a outro pavilhão, iniciou a fuga. Mesmo algemado ele ainda conseguiu pular o muro e sair correndo. Jonas cumpre pena pelo latrocínio do taxista Eurico Neres Costa, que ocorreu em 2015, no bairro Maranhão Novo, em Imperatriz. Na ocasião, o acusado solicitou uma corrida e anunciou o assalto, que resultou na morte do taxista e roubo do táxi.

(AR)



Polícia prende suspeito da morte de pastor no Campo de Peris

Em cumprimento a mandado de prisão temporária, foi preso, na quarta-feira (5), um homem suspeito de ter praticado o crime de latrocínio que vitimou o pastor José Antônio Saraiva, ocorrido no dia 7 de janeiro deste ano, na localidade de Campo de Peris, no município de Bacabeira. Conforme as investigações da polícia, o crime ocorreu após a caminhonete em que a vítima viajava com a família ter sofrido

uma pane mecânica. Após a prisão do suspeito, os policiais também cumpriram um mandado de busca e apreensão no endereço do investigado, situado no bairro da Estiva, em São Luís. O preso, que não teve o nome divulgado, foi encaminhado à sede da Delegacia Regional de Rosário, onde foi interrogado e, em seguida, encaminhado ao presídio da cidade. (RELEMBRE O CASO)

O pastor José Antônio Saraiva, morreu durante assalto, na noite do dia 7 de janeiro de 2020, no Campo de Peris, no município de Bacabeira, após a caminhonete em que ele estava ter sofrido uma pane mecânica. De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a vítima viajava com a esposa, a filha e a neta quando desceu para verificar a situação do carro. Ele foi abordado e

acabou baleado no peito pelos assaltantes. A família vinha da região Tocantina do Estado e tinha como destino a capital maranhense. Os quatro homens envolvidos na ação criminososa fugiram roubando as malas e os celulares das vítimas. O pastor chegou a ser socorrido e encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Maracanã, em São Luís, mas não resistiu. (AR)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	10		

COHAB

Dançarino é encontrado morto dentro de casa



O DANÇARINO XEXEU FOI ASSASSINADO DE FORMA BRUTAL

SAULO DUAILIBE

A Polícia Civil do Maranhão registrou o segundo assassinato do mês de fevereiro. A segunda morte foi do dançarino Wenyson Fernandes Miranda, mais conhecido como "Xexeu", de 33 anos, que foi encontrado morto dentro da casa onde morava, na manhã desta quarta-feira (5).

De acordo com informações, familiares de Xexeu o encontraram sem vida. Eles foram na residência da vítima, pois ele não dava notícias e nem respondia ligações e mensagens desde a última segunda-feira (3).

A mãe de Xexeu foi a primeira a chegar no local, Rua Nossa Senhora de Guadalupe, na Vila Isabel Cafeteria, na região da Cohab, em São Luís.

A vítima estava com o pescoço amarrado e com uma lesão na cabeça, que pode ter sido causada por outro objeto como um pedaço de madeira ou de ferro.

As investigações da polícia levam para o crime de latrocínio (roubo seguido de morte), pois além de luta corporal entre a vítima e o autor do crime, a casa estava bagunçada e parentes do dançarino deram falta de objetos de valor e a quantia de R\$ 800.

A polícia continua investigando o caso para saber a autoria e a motivação do crime. Há a suspeita de que o atual companheiro de Wenyson seja o autor do crime brutal.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	06 / 02 / 2020	PÁG.	9		

CAMPO DE PERIZ

Suspeito de matar pastor é preso



POLÍCIA CIVIL

O CRIME OCORREU APÓS O PASTOR PARAR O CARRO NA BR-135

SAULO DUAILIBE

A Polícia Civil de Rosário efetuou a prisão temporária de homem suspeito de ter praticado o crime de latrocínio, que vitimou o pastor José Antônio Saraica, no dia 7 de janeiro de 2020. O crime ocorreu no Campo de Periz, por volta das 21h horas após pane mecânica no veículo em que a vítima viajava com sua família: esposa, filha e neta.

Após a prisão, a equipe de policiais civis realizou o cumprimento de mandado de busca e apreensão no endereço do suspeito, situado no bairro Estiva em São Luís. O preso foi encaminhado a sede da Delegacia Regional onde foi interrogado e posteriormente foi encaminhado a Unidade Prisional de Ressocialização de Rosário, onde encontra-se à disposição da justiça e das investigações.

Mulheres detidas com faca

Uma tentativa de assalto, na área do Centro Histórico de São Luís, terminou com a prisão de uma mulher, além de uma adolescente que foi apreendida, na noite da última terça-feira (4). As duas suspeitas tentaram roubar outras mulheres utilizando uma faca. De acordo com informações, as duas ficaram escondidas em um local esperando para atacar as vítimas, momento em que duas mulheres passaram e foram atacadas. As vítimas conseguiram correr e escapar da investida das criminosas. Mais a frente comunicaram à polícia.

As duas suspeitas foram localizadas e capturadas. A maior de idade, com 23 anos, foi encaminhada ao Plantão Central das Cajazeiras, sendo que a outra, que é adolescente, foi apreendida e entregue na delegacia especializada.

AÇAILÂNDIA

Dupla suspeita de adulteração de CNH



POLÍCIA CIVIL

OS SUSPEITOS FORAM AUTUADOS POR VÁRIOS CRIMES

DA REDAÇÃO

A Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) prendeu em flagrante, nesta semana, duas pessoas suspeitas de adulteração de sinal identificador de veículos, no município de Açailândia, no Maranhão.

Também foram apreendidas várias unidades de Carteira Nacional de Habilitação (CHN), Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), 1 kg de substância semelhante a cocaína, um veículo com sinais de adulteração e munições.

Os presos foram encaminhados à Delegacia Regional de Açailândia para prestar depoimento. Eles foram indiciados pelos crimes de tráfico de drogas, receptação, posse ilegal de arma e adulteração de sinal de veículos automotores.

Após os devidos procedimentos, a dupla foi encaminhada para as Unidades Prisionais de Açailândia e de Davinópolis.